



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 675/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 10967/2014.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Instituto de Previdência do Município de Coari - COARIPREV.

4- Exercício: 2013.

5- Responsável: Sr. Emídio Rodrigues Neto, Diretor Presidente.

6- Unidade Técnica: DICERP – Relatório Conclusivo nº 6/2014 (fls. 438/496).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2034/2014, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fls. 497/498).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto de Previdência do Município de Coari. Exercício de 2013.

Contas irregulares. Multas. Prazo. Determinações à origem. Representação ao Ministério Público Estadual.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c os arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público de Contas,

9.1- à unanimidade, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator no sentido de:

9.1.1 - Julgar pela IRREGULARIDADE das contas do Instituto Municipal de Previdência de Coari – COARIPREV, exercício de 2013, de responsabilidade do Sra. Emídio Rodrigues Neto, conforme art. 22, inciso III, da Lei nº 2423/96;

9.1.2 - Aplicar multas ao Sr. Emídio Rodrigues Neto:

a) No valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), com base no art. 308, inciso III da Resolução 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM) c/c o art. 54, inciso I da Lei nº 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM), pela irregularidade dos itens 8.3, 8.3.3, 8.4, 8.5 e 8.15 do Relatório/Voto;

b) No valor de R\$ 8.768,25 (oito mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e cinco centavos), com base no art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM) c/c o art. 54, inciso III da Lei nº 2423/1996 (Lei Orgânica do TCE/AM), pela irregularidade dos itens 8.6, 8.8, 8.11 e 8.13 do Relatório/Voto;

**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS****ACÓRDÃO Nº 675/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

9.1.3 – Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento das **multas** aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração de Cobrança Executiva em caso de não recolhimento dos valores das condenações;

9.1.4 - NOTIFICAR o interessado com cópia do Relatório Conclusivo da DICERP, Relatório/voto e Acórdão para ciência do decisório e, querendo, apresente o devido recurso;

9.1.5 - DETERMINAR ao COARIPREV, sob pena de multa nas próximas prestações de contas do Instituto, que providencie as recomendações feitas pela DICERP para o fiel cumprimento da Lei em relação à:

- a) ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA do COARIPREV (Restrições 3, 4, 6 e 7 do relatório conclusivo nº 06/2014);
- b) CONTABILIDADE PREVIDENCIÁRIA do COARIPREV (Restrições 9, 10, 14 e 15 do relatório conclusivo nº 06/2014);
- c) CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS do instituto de previdência (Restrições 20, 23, 24, 25, 26, 28, 31, 32 E 33 do relatório conclusivo nº 06/2014);
- d) BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS (Restrição nº 34 do Relatório Conclusivo nº 06/2014);
- e) DOS INVESTIMENTOS (Restrições nº 37, 38, 39, 40, 41, 43 do relatório conclusivo nº 06/2014);
- f) DA COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA (Restrição nº 45 do relatório conclusivo nº 06/2014);
- g) DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS (Restrições nº 46 e 47 do relatório conclusivo nº 06/2014)
- h) DO SETOR PESSOAL (Restrições nº 51 e 54 do relatório conclusivo nº 06/2014);
- i) do patrimônio (Restrição nº 56 do relatório conclusivo nº 06/2014);

9.1.6 - REPRESENTAR ao Ministério Público Estadual:

- a) Que apure se houve concessão de empréstimo realizada em exercícios anteriores pelo COARIPREV, no valor de R\$ 697.417,00, à pessoa física/jurídica “Adriano Texeira Salan”, em desacordo com o art. 6º, V, da Lei nº 9.717/98, podendo os responsáveis estarem incursos no art. 11, I da Lei nº 8.429,92, sem prejuízo da iniciativa do controle externo, insculpida no art. 125, II da Lei nº 2423/96;
- b) Que apure a concessão de empréstimo realizada em exercícios anteriores pelo COARIPREV, no valor de R\$ 3.9000.000,00, em desacordo com o art. 6º, V da Lei nº 9.717/98, podendo os responsáveis



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDAO Nº 675/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

estarem inclusos no art. 11, I da Lei nº 8429,92, sem prejuízo da iniciativa do controle externo, insculpida no art. 125, II, da Lei nº 2.423/96.

9.2 – Por maioria, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator no sentido de:

9.2.1 - Aplicar multa ao Sr. Emídio Rodrigues Neto no valor de 9.864,27 (nove mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e sete centavos), com base no art. 308, inciso II da Resolução nº 04/2002 (Regimento Interno do TCE/AM), pelo atraso do envio do ACP nos meses de janeiro a maio, junho, julho, outubro e novembro do exercício de 2013;

9.2.2 - Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para o recolhimento da multa aos cofres da Fazenda Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração de Cobrança Executiva em caso de não recolhimento do valor da condenação.

Vencido o Voto-Destaque do Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, pela inaplicabilidade da multa pelo atraso no ACP.

10- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 19 de novembro de 2014.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral